



REGULAMENTO GERAL DE INSCRIÇÃO DE MEMBROS NA ANET

Em vigor desde 1 de Novembro de 2009

No âmbito das suas atribuições, compete à ANET regular o acesso ao exercício da profissão de engenheiro técnico.

Cumprindo o preceituado na Portaria n.º 1379/2009, de 30 de Outubro, que regulamenta a Lei n.º 31/2009, de 3 de Julho, necessário se torna definir a qualidade de engenheiro técnico estagiário.

Por engenheiro técnico estagiário, entende-se o candidato à aquisição da qualidade de membro efectivo, que nas condições abaixo definidas apresenta nos termos do Regulamento de Estágio o respectivo processo, que obrigatoriamente integra o Plano de Estágio por si subscrito e pelo patrono, nos casos de estágio, na modalidade formal, ou curriculum vitae, devidamente assinado e comprovado e declaração do patrono, nos casos de estágio, na modalidade curricular.

De acordo com a deliberação de 29 de Novembro de 2007, revista e actualizada em 31 de Outubro de 2009, o Conselho Directivo Nacional da ANET define, através do presente Regulamento, as condições a serem observadas no processo de inscrição e aquisição da qualidade de membro efectivo da ANET, tanto no que se refere aos detentores de Bacharelato em Engenharia, como no que se refere aos detentores de Licenciatura em Engenharia e Licenciatura em Ciências de Engenharia, nos termos do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março (pós-Bolonha).

1. Bacharel em Engenharia de Curso concluído antes de 31 de Dezembro de 2004

Inscrição em estágio profissional para membro efectivo.

2. Bacharel em Engenharia de um par Escola/Curso registado na ANET e concluído após 31 de Dezembro de 2004

Inscrição em estágio profissional para membro efectivo.

3. Bacharel em Engenharia, de um par Escola/Curso não registado na ANET e concluído após 31 de Dezembro de 2004

Requerimento individual para registo profissional do Curso, juntando documentação oficial relevante para a respectiva análise, designadamente:

- Programas das unidades curriculares;
- Exemplos de enunciados de testes e trabalhos;
- Outros documentos.



O processo será submetido ao Conselho da Profissão para apreciação, que terá um prazo de 90 dias para emitir parecer, a ser homologado pelo Conselho Directivo Nacional.

O requerente inscreve-se em estágio profissional para membro efectivo, apresentando o plano de estágio, que obrigatoriamente contempla as condições expressas do Parecer do Conselho da Profissão.

4. Licenciados em Engenharia (nos termos do Decreto-Lei 74/2006, de 24 de Março) oriundos de um par Escola/Curso registado na ANET

Inscrição em estágio para membro efectivo.

5. Licenciados em Engenharia (nos termos do Decreto-Lei 74/2006, de 24 de Março) oriundos de um par Escola/Curso não registado na ANET:

Requerimento individual para registo profissional do Curso, juntando documentação oficial relevante para a respectiva análise, designadamente:

- Programas das unidades curriculares;
- Exemplos de enunciados de testes e trabalhos;
- Outros documentos.

O processo será submetido ao Conselho da Profissão para apreciação, que terá um prazo de 90 dias, para emitir parecer, a ser homologado pelo Conselho Directivo Nacional.

O requerente inscreve-se em estágio profissional para membro efectivo, apresentando o Plano de Estágio, que obrigatoriamente contempla as condições expressas do Parecer do Conselho da Profissão.

6. Licenciados em Ciências de Engenharia (nos termos do Decreto-Lei 74/2006, de 24 de Março):

Requerimento individual para registo profissional do Curso, juntando documentação oficial relevante para a respectiva análise, designadamente:

- Programas das unidades curriculares;
- Exemplos de enunciados de testes e trabalhos;
- Outros documentos.

O processo será submetido ao Conselho da Profissão para apreciação, que terá um prazo de 90 dias, ouvido um consultor externo especializado, para emitir parecer a ser homologado pelo Conselho Directivo Nacional.

Dos pareceres favoráveis à admissão devem constar as acções de formação específica complementar que o requerente deve realizar.

O Conselho da Profissão aprova a proposta, apresentada pelo requerente, do plano de realização desta formação.



O requerente inscreve-se em estágio profissional para membro efectivo, obrigatoriamente na modalidade formal, com uma duração que não pode exceder dois anos.

Nesta situação, o plano de formação complementar acompanha o Plano de Estágio.

O Processo de Estágio, em qualquer das condições de acesso, acima referidas, rege-se pelo Regulamento de Estágio da ANET.

Para efeito do estabelecido no ponto 6 é criada uma Bolsa de Consultores Externos Especializados.

Os ciclos de estudo conducentes ao grau académico de licenciado em engenharia, que recebem parecer favorável da Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior, no processo de avaliação e acreditação das instituições do ensino superior e dos ciclos de estudo, são considerados, de imediato, registados na ANET.

Enquanto a Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior não emitir estes pareceres, mantêm-se em vigor as normas adoptadas pela ANET, para o processo de registo dos pares escola/curso, que conferem o grau académico de licenciado em engenharia.

São fixados, pelo Conselho Directivo Nacional, os emolumentos relativos ao Processo de Inscrição na ANET.

Lisboa, 31 de Outubro de 2009